

Os rostos de Janus: estratégias de povoamento na mudança da Era no concelho de Monforte

Paula Morgado* & André Carneiro**

1. Questões gerais

A investigação sobre a transição entre a Idade do Ferro e a transição para a *romanidade* no território onde actualmente se encontra o distrito de Portalegre tem enfrentado tradicionais dificuldades. Algumas são de ordem intrínseca às condições de observação/detecção dos sítios arqueológicos da época, e outras são decorrentes dos processos de interpretação/reconstituição dos processos históricos neles ocorridos.

Ou seja, e de forma sintética, podemos enumerar, para o primeiro caso,

- a dificuldade de acesso aos lugares de implantação de alguns povoados de altura, e a reduzida visibilidade que o terreno geralmente apresenta;
- a dificuldade de detecção dos *povoados abertos* já localizados em outras áreas do Alentejo¹, devido por um lado às particularidades da ocupação antiga destes sítios, e por outro, aos usos agrícolas recentes dos solos;

enquanto na segunda ordem de factores podemos colocar:

- um generalizado desinteresse por este período histórico, salvo algumas excepções (geralmente em contexto de trabalhos académicos²), o que se traduz na escassez de contributos e reflexões, ao contrário, por exemplo, do que sucede no vizinho território estremeno³;
- em consequência, a ausência de um *quadro de referência*, quer ao nível das dinâmicas arquitectónicas, quer das tipologias de artefactos, dado que o número de sítios objecto de escavação arqueológica é muito escasso e a sua publicação nula ou deficiente;

sendo que destas condicionantes resulta a criação de uma imagem simplista que durante demasiado tempo foi sendo extrapolada para preconceitos étnicos, baseada na maniqueísta dicotomia entre indígenas e colonizadores.

À imagem da situação já descrita para concelhos vizinhos (Carneiro, 2004; 2005), também para o concelho de Monforte se encontram dinâmicas várias, estruturalmente materializadas num elenco de sítios que genericamente parecem pertencer a duas realidades. Temos um bloco constituído por um conjunto de povoados de altura que constituem a evolução de um complexo feixe de transformações económicas e sociais nas sociedades indígenas criados pela simultânea concorrência de dinâmicas internas e estímulos de origem externa; e temos por outro, a instalação dos contingentes romanos, cuja presença foi precedida pela entrada no mercado de uma gama de produtos em que a sua aquisição/utilização pelas comunidades locais só pode ser inteiramente percebida com o cuidado estudo de espólios de colecções antigas e com a contri-

* Arqueóloga da Câmara Municipal de Monforte

** Arqueólogo da Câmara Municipal de Fronteira

¹ Ver, por exemplo, o quadro descrito em Mataloto (2004)

² É o caso das sínteses de Gamito (1988) ou Fabião (1998)

³ Destacando-se como exemplos de sínteses mais significativas Berrocal-Rangel (1989-1990, 1992), Almagro Gorbea e Martín (1992), Canto (1995), Martín Bravo (1999) ou Rodriguez Diaz (1995), sendo que em todos eles se encontra bibliografia mais específica.

buição de novos casos, mas que agora manifestam arquitetonicamente a sua presença através de um complexo conjunto de estruturas de indiscutível aparato que poderemos designar de “fortins” ou “recintos ciclópicos”.

É ainda problemática a compreensão das dinâmicas comerciais que antecederam este momento e que se encontram materialmente expressas no espólio recolhido nas escavações promovidas nos anos cinquenta pelo Museu Nacional de Arqueologia na Cabeça de Vaiamonte⁴, onde se recolheram numerosos elementos que denunciam intensas redes comerciais que permitiram que a esta região interior tivessem chegado cerâmicas de fabrico púnico, ático e romano republicano. É também quase impossível, no estado actual da investigação, avaliar o modo como estas redes comerciais criaram factores de desequilíbrio estrutural nas sociedades autóctones que as levam a privilegiar um modelo de povoamento materializado nos grandes povoados de altura, situação agravada por nada se saber sobre outras esferas da vivência quotidiana, em especial do mundo funerário e dos complexos mágico-simbólicos.

De qualquer forma, e esbatendo a imagem de interioridade que esta área geográfica hoje possui, a existência de um denso ritmo de trocas já de há muito é visível neste território, fruto da sua estratégica localização entre as serranias da Beira e as planícies do Alentejo Central e entre as bacias hidrográficas do Tejo e do Guadiana, funcionando assim como placa giratória entre distintas realidades fisiográficas, históricas e culturais.

Sem dados materiais novos para análise, centremos a nossa atenção nos elencos de sítios pertencentes aos povoados fortificados indígenas e também aos lugares de ocupação romana. A proposta de leitura que aqui nos interessa reside na observação das filosofias de implantação no espaço e nos elementos estruturais visíveis à superfície, ou do modo como através dos dados de prospecção realizados no decurso do projecto de investigação *Levantamento Arqueológico do concelho de Monforte* podemos tentar trazer novos dados para este debate.

2. O concelho de Monforte: a informação disponível

A história da investigação arqueológica no concelho de Monforte já foi alvo de uma resenha recente⁵, que embora centrada em outro período cronológico, devidamente apresenta as suas contingências mais significativas. Para o caso concreto do período que nos ocupa, verifica-se o desequilíbrio entre o volume de intervenções arqueológicas feitas em sítios concretos – caso sobretudo da Cabeça de Vaiamonte – e o deserto informativo daí resultante, dada a ausência de publicações exaustivas (ou, pelo menos, genéricas) dos trabalhos efectuados. Ou, em outro plano, o modo como a atenção dos investigadores foi muito centrada em lugares específicos, esquecendo a compreensão das redes de povoamento nos diversos momentos da diacronia.

Desta forma, o panorama da investigação no concelho resulta em desequilíbrios acentuados, conhecendo-se melhor algumas fatias do território ou alguns momentos particulares, enquanto sobre outros há generalizadas lacunas.

Os sítios por nós escolhidos para análise apresentam todos o traço comum de terem sido já previamente divulgados, embora com acentuadas assimetrias no cuidado que os investigadores a ele dedicaram, pelo que nenhum dos casos seguintes tem a pretensão de ser inédito⁶. Desta for-

⁴ Alvo de recente publicação e reavaliação dos significados em Fabião, 1998: 145 a 231.

⁵ Boaventura, 2001: 14.

⁶ Na Arqueologia, como na vida, muita da qualidade nas respostas obtidas depende da qualidade das perguntas que são colocadas. E quando começamos a ver nos outros a raiz dos nossos insucessos aí, manifestamente, não estamos a colocar as perguntas certas. Desta forma, e sumariamente, damos por encerrada qualquer pseudo-polémica. A nossa postura funda-se na construção lógica de um saber compartilhável, pelo que nos distanciamos por completo desta atávica tradição da Arqueologia portuguesa em que os investigadores se entretêm a atirar grainhas entre si. Até porque nenhum de nós tem paciência para fazer de Gossage ou Vardebédian (Woody Allen. *Prosa Completa*. Lisboa, Gradiva, 2004: 216-223). Apenas lamentamos que a imagem que para o exterior passa da Arqueologia portuguesa (veiculada por aquela que deveria ser a publicação nacional de referência) continue a ser alimentada desta forma, inviabilizando a afirmação positiva desta profissão perante a sociedade. É também isto que explica o crescente vazio da Arqueologia em Portugal. Depois queixem-se.

ma, a geografia dos povoados aqui tratados reflecte apenas a geografia da investigação, sendo por isso necessário sublinhar que não estamos aqui a tratar a efectiva rede de distribuição existente na época, mas apenas os lugares conhecidos publicamente.

Iniciemos o percurso pelos sítios do *fundo indígena*, à falta de melhor designação.

A Cabeça de Vaiamonte é um dos sítios arqueológicos mais marcantes na historiografia desta área regional. Não apenas pela extensa bibliografia disponível, iniciada por Leite de Vasconcelos (1927-1929: 183⁷), mas sobretudo pelo notável espólio proveniente deste local⁸, cujo contexto de proveniência infelizmente apresenta extensas limitações para o correcto conhecimento da presença humana antiga no local.

O povoado de Pedras da Careira foi referido por Teresa J. Gamito (1985: 157; 1988, 154), que propõe uma estimativa de dimensão para a área de ocupação, sem fornecer informações mais específicas sobre o povoado⁹.

Os sítios de Amoreira, Monte da Atalaia e Malhada da Serra estão cartografados no intento de Carta Arqueológica concelhia produzida por António Maria Cunha, embora depois não apareçam mencionados na *Monografia* local que este interessado pelo Património de Monforte publicou em 1985.

Quanto às duas estruturas romanas aqui tratadas – Outeiro da Mina e Penedo do Ferro – foram dadas a conhecer publicamente por Rui Mataloto (2002) na sua síntese regional sobre fortins e recintos-torre no Alentejo Central.

Em todos estes casos estamos perante notícias descritivas, com variável extensão na exposição, mas sempre sem grandes pormenores (e às vezes apenas com a indicação cartográfica). Exceptua-se o caso da Cabeça de Vaiamonte, com a severa limitação de as escavações nunca terem sido objecto de uma publicação cuidada.

De qualquer forma, o aspecto que aqui nos interessa (mas também por isso) reside nas características de implantação e inserção no espaço de cada sítio, dando cumprimento ao propósito do projecto de investigação.

3. A rede de povoamento indígena

O conjunto de sítios no concelho de Monforte com ocupação da Idade do Ferro é escasso, mas dois locais devem ser destacados: Cabeça de Vaiamonte e Pedras da Careira.

O primeiro foi recentemente alvo de uma exaustiva reavaliação do espólio resultante das escavações promovidas por Manuel Heleno, que trouxeram novas e sugestivas propostas de análise (Fabião, 1998).

Trata-se de um outeiro com evidente destaque na paisagem, avistável a muito longa distância, verdadeiro *ponto-chave* na estruturação da ocupação do território. Para quem a ele sobe é impressionante o domínio visual a partir do topo, mas de qualquer ponto da envolvência se avista a massa monumental desta elevação. Em particular, domina ancestrais caminhos de passagem que em época imperial serão de fulcral importância para o atravessamento de todo este território¹⁰.

Por informações várias, sabemos com razoável segurança que a ocupação principal se encontra na plataforma de topo, protegida a Norte, e delimitada por uma cintura de muralhas com razoável extensão. Todavia, actualmente são escassos os vestígios existentes à superfície, e as antigas linhas de muralha só a custo são distinguíveis do parcelamento agrícola moderno. É aliás muito interessante referir que no terreno apenas se encontram bojos indiferenciados, e de pe-

⁷ Embora seja de acentuar a ressalva já feita em Fabião, 1998: 150, a propósito de achados em *Poço da Moura*, lugar situado no sopé da elevação e por certo em situação relacionada com o povoado.

⁸ Ver nota 4.

⁹ Surge também cartografado no mapa 9 em Alarcão, 1990: 277 (nº 60), onde estão marcados alguns povoados que pela imprecisão informativa não conseguimos localizar: Sete Fráguas (nº 57), Almuro (nº 58) e Galega (nº 59).

¹⁰ Ver comunicação de Almeida, Carneiro, Morgado e Rodriguez Martín apresentada nestas mesmas Jornadas.

quena dimensão, de materiais cerâmicos, o que diz muito sobre as escolhas dos escavadores do sítio quanto às peças que deveriam ser recolhidas e enviadas para o Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa.

A sequência de ocupação deste lugar é notável, podendo filiar-se no Calcolítico Final, estando o período em causa representado por um complexo mosaico de materiais provenientes de diferentes origens, da indefinida *área céltica continental* aos influxos atlânticos e mediterrânicos.

Após um momento de ocupação em época romana republicana, com um conjunto de elementos materiais muito ligado à função bélica que fundamenta a proposta de Carlos Fabião de aqui se ter implantado um aquartelamento militar (1996; 1998: vol. I, 145 – 232), o sítio parece ter sido abandonado definitivamente, sem embargo de em momentos futuros ter registado reocupações pontuais. Em todo o caso, em época romana o foco de povoamento parece transferir-se definitivamente para a planície que lhe subjaz, onde se irão estruturar e organizar diversos sítios arqueológicos, do qual o mais conhecido será evidentemente a *villa* de Torre de Palma.

Quanto ao sítio das Pedras da Careira, apresenta precisamente o mesmo padrão de implantação: trata-se de uma elevação dominadora, embora não tão evidente à distância, de amplíssimo alcance visual, com notável capacidade de controlo da paisagem, em especial do vale da Ribeira de Almuro. A importância deste curso de água como elemento estruturador das formas de transposição e atravessamento do território é evidente, quer na paisagem antiga, pela profusão de sítios de diferentes épocas que pelo seu curso se encontram, quer também em época Imperial¹¹.

O sítio implanta-se em ampla plataforma, com excelente domínio visual, protegido por denso cordão de muralhas, apenas interrompido em dois pontos onde se torna evidente a existência de rampas de entrada/saída; uma orientada em função da ribeira, para Este, e outra pelo actual caminho de terra batida, para Sul. Este parece apresentar um sistema defensivo do tipo “pedras fincadas” que reforça o contorno defensivo da entrada. As muralhas são construídas em pedra seca, e na plataforma do topo parece definir-se em certos pontos a utilização de um sistema defensivo em espinha, o que denuncia uma construção elaborada e com perfeito conhecimento de técnicas mais evoluídas de construção.

Também diferentemente do anterior sítio, em Pedras da Careira observa-se a existência de uma segunda cintura de muralhas que percorre as elevações em seu redor, ampliando a capacidade defensiva do reduto cimeiro e também a já de si natural defensabilidade dos afloramentos pétreos que o rodeiam. O panorama é assim o de uma verdadeira *ciudadela fortificada*, impressionante mesmo para os padrões actuais, sendo o perímetro deste segundo cordão muito amplo e dificilmente contabilizável sem recurso a um levantamento topográfico exaustivo. Este cordão exterior apresenta em certos pontos uma notável impressão de solidez, sendo visíveis panos de muralha de grande espessura e resistência.

Ao contrário da Cabeça de Vaiamonte, a densidade de material arqueológico visível à superfície é relevante, denunciando também ocupações anteriores, nomeadamente do Calcolítico Final e Bronze Final. De qualquer forma, este lugar não foi objecto de escavações arqueológicas e o grau de revolvimento da superfície é amplamente superior, fruto da prática agrícola no local.

Temos assim dois sítios muito idênticos no seu padrão de implantação no espaço, que terão sido vitais na estruturação visual e na organização simbólica do território. Todavia, outros sítios desta época estão presentes no concelho de Monforte.

Todos eles apresentam características muito idênticas.

O conjunto de sítios que podem ser integrados neste lote é relativamente escasso: Amoreira, Monte da Atalaia e Malhada da Serra.

Todos eles apresentam um indiscutível “ar de família” que os enquadra nos povoados de *segunda linha* da Idade do Ferro do Alentejo (Carneiro 2004: cap. 3; Mataloto, 2002). Trata-se de sítios sem qualquer destaque na paisagem, mas desfrutando de um amplo domínio do espaço, sendo notória a preocupação pelo controlo estratégico do território. O aspecto mais interessante a salientar reside no facto de todos eles se encontrarem próximos de uma elevação maior ou idêntica, que lhes retira a visibilidade para algumas direcções e naturalmente influencia a

¹¹ Idem.

capacidade defensiva destes redutos, que assim se vê muito reduzida. No entanto, em todos os casos a elevação próxima não apresenta qualquer sinal de ocupação.

Este conjunto de sítios está implantado em topos de elevações com defensabilidade natural pontualmente reforçada por taludes (Amoreira, Malhada da Serra) ou pequenas muralhas (Amoreira?, Atalaia), de troços simples e sem grande aparato defensivo. Utilizando um termo anacrónico para a realidade em causa poderemos falar de “atalaias” ou pontos de vigia, até pela reduzida área disponível para construções.

Outro ponto em comum é a ausência ou escassez de elementos materiais visíveis à superfície, também fruto da ausência de revolvimentos do solo provocados pela inexistência de prática agrícola, mas que é uma situação comum em povoados contemporâneos nesta área regional e se poderá fundar em condicionantes do uso agrícola do terreno (Carneiro, 2004: cap. 3). Apenas em Atalaia se distinguem alguns bojos com cerâmica de fabrico manual ou a torno lento.

Trata-se de um elenco que apresenta características muito homogêneas, de resto as já notadas para o vizinho concelho de Fronteira (Carneiro, 2005), parecendo tratar-se de um tecido secundário de pequenos povoados que teriam uma função específica, para já indeterminada, mas em que o discreto controlo da rede viária e mesmo hidrográfica assume uma preocupação bem evidente.

Se procurarmos integrar estas duas classes de sítios na sugestiva proposta de Berrocal Rangel (1994: 202), podemos colocar estes povoados fortificados na categoria IIa (“sobre una colina, o elevación menor y poco pronunciada, com una corrente fluvial menor próxima”) enquanto os sítios de Pedras da Careira e Cabeça de Vaiamonte se adequam ao tipo VII (“sobre un otero aislado se documentan emplazamientos que responden a una estrategia general y comarcal en la ocupación del terreno”).

Teremos aqui uma distinção entre “lugares centrais” e “povoados periféricos” ou de segunda ordem? Certo é que nesta proposta de arquitectura do povoamento há claramente uma distância de separação entre as duas classes de sítios. E resta ainda verificar, com o decurso deste projecto, se virão a ser identificados os “lugares abertos” como já em outros terrenos se encontraram (Mataloto, 2004; Carneiro, 2005).

4. As estruturas romanas

De acordo com os sítios já identificados, a chegada dos contingentes romanos a esta área geográfica está longe de ser discreta: fortins e recintos ciclópicos espalham-se pelo território, controlando estrategicamente o espaço e impondo-se visualmente, mercê da imponência das suas construções.

Até ao momento, identificaram-se no concelho de Monforte dois sítios pertencentes a este bloco. Ambos têm inegáveis semelhanças: tanto Outeiro da Mina como Penedo do Ferro apresentam-se como recintos ciclópicos, com incorporação de enormes megálitos na sua estrutura, rudemente afeiçoados, mas milimetricamente colocados. Em ambos distinguem-se dois recintos: um exterior, de planta trapezoidal, bastante larga, e uma acrópole interna, de reduzidas dimensões e muito sobre-elevada em relação à envolvente.

Também a estratégia de implantação é similar: mais do que o controlo do território, o móbil estratégico passa pelo policiamento de vias de atravessamento do espaço. No caso do Outeiro da Mina é óbvia a relação com o único vau da Ribeira Grande em larga extensão do seu curso, implantando-se a estrutura mesmo junto à passagem, para isso abdicando de qualquer domínio visual para a envolvente, que por certo estaria a cargo de um outro sítio, do tipo atalaia ou um fortim, como os já identificados em concelhos vizinhos (Carneiro, 2002: nº 6; 31; 32; Mataloto, 2002). Já no caso do Penedo do Ferro, situa-se junto a um troço de caminho romano, que surge na continuidade de um outro que mais a Norte passa junto da base da elevação do grande povoado de Pedras da Careira. Ambos situam-se na sequência do eixo Norte-Sul que acompanha a ribeira do Almuro. Se a preocupação passa pelo controlo de eixos viários, não parece haver qualquer atenção pela proximidade a bons solos agrícolas ou a recursos específicos (nomeadamente minas ou pedreiras), que nenhum deles tem na sua envolvência. Claramente, o que poderíamos designar de “função de policiamento” é a preocupação para a implantação.

No estado actual da investigação não nos é possível perceber em toda a sua extensão o real impacto, e consequências, que a construção destas estruturas veio causar na sua relação com o mundo indígena. Sendo evidente o seu aparato, a ruptura com os modos de construir autóctones e a sua função estratégica, falta entender se efectivamente correspondem a uma situação de conflito bélico ou se apenas se destinam a marcar simbolicamente o domínio do espaço reclamado pelo novo poder político-militar. É possível que apenas se destinem a proceder a um reconhecimento das novas realidades territoriais agora em conquista, fase prévia e indispensável ao programa institucional construtivo centrado nas *urbs* (Mataloto, 2002: 213) e que implementará a nova geografia territorial do Império.

Esta questão só poderá começar a ser resolvida quando se iniciarem escavações nestes sítios arqueológicos e se detectarem contextos de destruição violenta ou com grande percentagem de materiais ligados a funções militares (não necessariamente armas). Mas de qualquer forma a dimensão visual que estes sítios apresentam, o seu posicionamento estratégico e a organização em planta são claros indicadores de uma função militar primária, independentemente de outros usos poderem ter assumido em alguns momentos ou na sua fase final.

Resta também definir com exactidão os momentos de construção destes sítios e o tempo em que se deu a sua desactivação, ou seja, a cronologia de utilização. Os elementos materiais encontrados nas visitas aos sítios foram praticamente nulos, e de qualquer forma não seria com meros dados de superfície que se poderiam adiantar propostas. No entanto, será consensual que marcam um primeiro momento de chegada dos contingentes romanos a este território, mesmo que as reduzidas dimensões da área interior a cada um deles não permita supor a presença de aquartelamentos numerosos.

Ainda mais difícil de determinar será a interacção estabelecida entre estes sítios e os povoados fortificados do *fundo indígena*, ou até, a eventual contemporaneidade na ocupação de ambos, que neste momento não pode ser dado como adquirida. Até ver não existe qualquer proximidade espacial ou se detectam quaisquer relações de inter visibilidade significativas. Quanto muito, o que parece notar-se é a preocupação de ambos vigiarem pontos estratégicos de passagem, assumindo-se de forma mais ou menos óbvia como *pontos de portagem* na transposição desses caminhos. Um pouco como se estivéssemos perante um jogo de xadrez jogado à escala do território, onde a preocupação de controlar e ocupar o espaço e as formas de o percorrer parece óbvia. Mas no estado actual da investigação é difícil adiantar propostas mais concretas.

Seja como for, os recintos ciclópicos são a manifestação física da chegada de uma nova entidade a esta área regional. E o seu impacto ultrapassa em muito a imponentia dos seus panos de muralha.

Como já se disse, a sua construção traz consigo um conjunto de significados simbólicos hoje dificilmente reconstituíveis. Estamos no limiar de um novo tempo, em que de uma forma nítida se parecem rasgar os quadrantes que estruturavam simbolicamente a paisagem antiga.

5. A criação de uma nova sociedade

Como termina todo este processo? É quase impossível responder no estado actual dos precários conhecimentos. Para isso faltam-nos dois dados fundamentais: o momento de abandono dos sítios indígenas, em especial dos povoados fortificados, mas também o momento de fundação e construção das primeiras *villae* que a partir de agora irão traçar as coordenadas da paisagem rural e iniciar novas formas de exploração económica do território nesta área regional.

No primeiro caso a cuidada escavação de eventuais níveis de destruição ou abandono é fundamental; no caso das *villae* seria essencial definir com exactidão o momento inicial destes lugares, situação que, como sabemos, é de difícil detecção, quer por questões de estratégia de intervenção (frequentemente a escavação interrompe-se no momento de detecção de pavimentos que geralmente pertencem a momentos mais avançados), quer pela dinâmica intrínseca de ocupação destes lugares, em que são frequentes os arranjos e reorganizações dos espaços ao longo do Império. Na falta de conjuntos coerente e exaustivamente divulgados de escavações antigas nada podemos supor, criando um impasse que imobiliza de momento a investigação.

Todavia, um outro campo de estudo pode ser trazido para auxiliar a análise. Na verdade, na cultura material surge agora um elemento novo, que nos fornece, pela primeira vez, os nomes e as crenças de quem habita este território: a epigrafia. Por enquanto, para esta área regional são inexistentes os exemplos de escrita em plena Idade do Ferro ou época republicana, mas ao longo da primeira centúria irá surgir um leque variado de epígrafes em suporte pétreo que denunciam uma rápida e frequente utilização da mensagem escrita como veículo transmissor de ideias e crenças.

O conjunto de epígrafes dadas a conhecer no território do actual concelho de Monforte é escasso, e a maior parte foi identificada em trabalhos antigos, encontrando-se concentrada na freguesia de Vaiamonte, o que gera óbvias distorções na análise. Mas observe-se o conjunto, esquecendo os grafitos em cerâmica e as inscrições em mosaico, e contabilizando apenas as epígrafes funerárias em suporte pétreo:

Local	Publicação	Leitura	Cronologia
Igreja de Sta Maria ¹²	1953	NYPHIS/AVITVS/PROCVLI/F(ilius). PRO SA/LVTE. FLA/CCILLAE. FL/ACCI (filiae). VC/XORIS.SVAE/V(otum). L(ibens). A(nimo). S(olvit)	Séc. IId.C.?
Torre de Palma	1962	M(arcus)COELI[VS]/CEL[S]VS/MARTI/ A(nimo) L(ibens)	Finais IId.C/IIIId.C.
Herdade de Mateus	1977	P(ublius).ANONIVS.QVIRINA(tribu)/SILO.ANN(orum)L XI(sexagintaunius?) (hedera?) H(ic). S(itus). E(st)/AQVILIA. CAMVLI. F(ilia). CARA/[A]NN(orum) [LVI?] (quinquaginta sex?)/[S]IBI. ET VIRO. [S]VO. F(aciendum) C(uravit)/S(it) (hedera) V(obis) (hedera) T(erra) L(evis)	Segunda metade século I.d.C.
São Pedro de Almuro	1984	D(is) (hedera) M(anibus) S(acrum) (hedera) M(arcus) PRECCI/VS. QVIR(ina tribu) (hedera) PAETVS/ANNO(rum). LXXV (quinque et septuaginta) (hedera) /PRECCIA. VEGETI. F(ilia)/MAXVMA. AN(norum). XXX(triginta)/PRECCIA. PAETI. F(ilia). PAETIL/LA. AN(norum). XII (duodecim) PRECCIA. ARCO/NIS. F(ilia). TVSCA. AN(norum). XXXV (quinque et triginta)/H(ic) S(iti) S(unt) S(it) V(obis) T(erra) L(evis)	Segunda metade século I.d.C.
Herdade das Brancas	1999	IVLIVS[...]/[...]FVSCV[S] [...]	Séc. I.d.C

Dois aspectos devem ser destacados. Primeiro, a relativa escassez numérica, reflexo, mais do que das condições intrínsecas da ocupação do terreno, da irregularidade da investigação. E tal afirmação pode ser baseada na notável concentração de epígrafes em toda a zona Sul do actual distrito de Portalegre, sendo que os concelhos com menor densidade de epígrafes são precisamente aqueles em que a investigação arqueológica tem avançado a um ritmo mais lento.

Depois, e mais relevante para o que nos interessa, o facto de três em cinco epígrafes poderem ser atribuídas a um momento temporalmente homogéneo, ou seja, a segunda metade do século I d.C., o momento em que se dá “o penúltimo estado da aculturação onomástica e, consequentemente, da romanização” (Encarnação, 1984: 658).

Ora o mais relevante elemento reside precisamente neste aspecto. Estamos perante epígrafes funerárias onde se procura guardar a memória de entes queridos já falecidos, e que se destinavam a ser colocadas em mausoléus familiares. Embora seja certo que desconhecemos quando se inicia o momento de construção das primeiras *villae*, e da consequente fortíssima transformação na paisagem rural desta região, nos meados da primeira centúria d.C. estamos ainda em momento temporal próximo ao qual termina a vida das primeiras faixas geracionais de habitantes desta zona já plenamente inseridos na *romanidade*.

¹² Epígrafe actualmente com paradeiro incerto. Provavelmente será proveniente das Termas da Sulfúrea (Cabeço de Vide, Fronteira), visto que em Monforte não existem nascentes de águas salúferas (Carneiro, 2004: anexo epigráfico; Caessa, 1990).

E o que encontramos, quer na placa de Mateus, quer na de Almuro (curiosamente ambas nas proximidades dos povoados ditos “centrais” de grande altura), são precisamente casos de união entre o fundo indígena e o contingente romano. União nas famílias, facto visível através dos antropónimos, mas também na forma de identificação, combinando os usos latinos com as tradições locais: se por um lado o orgulho na pertença à tribo é devidamente sublinhado e enaltecido (neste caso a tribo Quirina), por outro a afirmação da identidade é também feita à maneira indígena (*Aquilia, filha de Câmulo*) ou mesmo de uma forma combinada, como na epígrafe da família *Preccia*.

Mas também união nas crenças e na comunhão religiosa: o dedicante às Ninfas é de origem local, tal como sua esposa, o que não os impede de expressar o seu sentimento de forma plenamente romana. Também o testemunho do culto de Marte em Torre de Palma poderá ter sido oferecido por um autóctone (um dos primeiros proprietários da *villa*?), embora apresentando onomástica latina. E se ampliássemos o espectro de análise para os territórios vizinhos poderíamos ver a tendência ampliar-se, como no exemplo da ara dedicada a Belona, de Santa Eulália, Elvas: *Válgio, filho de Marco, colocou o altar a Belona, por voto* (Maciel, Maciel e Encarnação, 1994). Neste caso verifica-se outra situação: um dedicante indígena que cultua uma divindade latina, Belona, a deusa da guerra, a cujo santuário esta ara se destinaria, e que aliás apresenta numa área regional muito próxima (Trujillo) uma considerável concentração de epígrafes denunciando a presença de um santuário de forte implantação regional.

A força e identidade da presença indígena nesta região em época Imperial já não é novidade, encontrando-se bem determinada há já algum tempo (Encarnação, 1985: 167-168). O que é interessante sublinhar será a confluência de dois movimentos: primeiro, o modo como se processa a união de duas populações diferentes, a latina e a autóctone, união tão profunda que alcança o domínio do quotidiano (através de ligações familiares) e das crenças religiosas (pela mescla de cultos e formas de dedicação religiosa); segundo, a rapidez do movimento, observando-se que já nos meados da primeira centúria estamos perante uma sociedade que, à distância, parece homogénea e coesa.

O que podemos então pressentir? Um processo que corre em várias direcções e a um ritmo bastante intenso. Cidadãos plenamente inseridos na esfera cultural itálica que se unem a indígenas do fundo local. Os primeiros rapidamente caminham para as formas culturais de *quem está*, criando uma identidade mista, enquanto os segundos logo adquirem os usos e costumes que agora irão ordenar os ritmos da vida e da morte.

Pelos escassos dados visíveis poderemos ter portanto o rápido desenvolvimento de um processo multifacetado. Inicialmente temos um quadro de comunidades locais que possuem um complexo e estratificado sistema de controlo do território, com uma, mesmo assim, acentuada rarefacção, ou (melhor dizendo) concentração, do povoamento. Enquanto alguns sítios possuem uma clara função simbólica na arquitectura do povoamento (vendo e sendo vistos a longa distância), outros de mais pequena dimensão espalham-se pelo território com a clara preocupação de controlar pontos de passagem específicos mas vitais para o domínio estratégico do espaço. Perante estes povoados a entrada do contingente romano parece ser feita em ruptura e de forma abrupta, com a construção de estruturas pequenas mas maciças e de grande aparato. Qual a relação destes fortins com o mundo autóctone, e qual a natureza e dimensão das transformações que se vão seguir é algo de todo desconhecido, mas a transição para o modo de habitar em época imperial é simbolicamente ilustrado com o abandono do lugar central de Cabeça de Vaiamonte e a construção de várias *villae* no seu sopé, sendo a mais conhecida a de Torre de Palma.

A construção da paisagem imperial implica novos padrões de povoamento, não na distribuição e/ou concentração territorial (até porque muitos destes sítios do Ferro apresentam na envoltória vestígios de época Imperial), mas na topografia da implantação das *villae* (construídas de acordo com as recomendações vitruvianas) e na escolha de lugares consoante as novas exigências da vida quotidiana (em especial a proximidade às vias). De resto, o abandono dos povoados de altura facilmente defendíveis é uma estratégia praticada por Roma em outros lugares (Berrocal-Rangel, 1989-1990: 116).

Sendo um processo de ritmo e impacto mal conhecido, parece-nos encontrar a jusante a formação de uma sociedade homogénea e coesa nos diversos planos da vivência quotidiana e no mundo funerário, eventualmente denunciando um rápido intercâmbio cultural e simultânea aculturação. Todavia, a dimensão da amostra em estudo é demasiado reduzida para que possamos analisar a verdadeira evolução deste processo.

De que forma poderemos detectar este processo em outros planos da cultura material é o desafio que poderá nortear o decorrer da investigação.

Bibliografia

- Alarcão, Jorge (ed.) (1990) *Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Editorial Presença, (Nova História de Portugal, vol.1. Dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques),
- Almagro Gorbea, Martin, e Martin, Ana Maria (eds) (1994) *Castros y Oppida en Extremadura*, Madrid, Ed. Complutense (*Complutum Extra* 4).
- Almagro Gorbea, M., e Ruiz Zapatero, G. (eds) (1992) *PaleoEtnologia de la Peninsula Iberica. Complutum* 2-3, Madrid.
- Batata, Carlos, e Boaventura, Rui (1999) Fragmento de placa funerária das Brancas. *Ficheiro Epigráfico*, Coimbra, nº 278.
- Boaventura, Rui (2001) – *O sítio calcolítico do Pombal (Monforte): Uma recuperação possível de velhos e novos dados*. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia
- Berrocal Rangel, Luís (1989-1990) Cambio cultural y romanización en el Suroeste Peninsular. *Anas* 2-3, Mérida, pp. 103-122
- Berrocal Rangel, Luís (1992) *Los pueblos célticos del Suroeste de la Peninsula Ibérica*, Madrid (Complutum Extra nº2).
- Berrocal Rangel, Luís (1994) Oppida y castros de la Beturia celtica. In Almagro Gorbea, Martin; Martin, A. M. (eds), pp. 184-241.
- Caessa, Ana I. (1990) As ninfas: divindades locais? (a propósito de um artigo de Santos Júnior e M. Cardozo). *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, vol. I, Lisboa, pp. 143-149
- Canto, Alicia (1995) Extremadura y la romanización. *Extremadura Arqueológica* nº 4, Mérida, pp. 151-178.
- Carneiro, André (2004), *Povoamento romano no concelho de Fronteira*. Câmara Municipal de Fronteira/Edições Colibri
- Carneiro, André (2005), *Carta arqueológica do concelho de Fronteira*. Câmara Municipal de Fronteira/Edições Colibri
- Cunha, António Maria (1985), *Monografia geral sobre o concelho de Monforte*. Monforte, Câmara Municipal de Monforte.
- Encarnação, José d' (1984), *Inscrições Romanas do Conuentus Pacencis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
- Encarnação, José d' (1985) A população romana do Nordeste Alentejano. –*Actas das 1as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. [Castelo de Vide], pp. 167-170.
- Fabião, Carlos (1996) O povoado fortificado da Cabeça de Vaia Monte (Monforte). *A Cidade*, nº 11 (Nov Série), Portalegre, pp. 35-84
- Fabião, Carlos (1998) *O Mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa em 1999 [Policopiado].
- Gamito, Teresa Júdice (1985) Castro do Baldio – 1982. *Informação Arqueológica* nº 5, Lisboa, pp. 91-92.
- Gamito, Teresa Júdice (1988) *Social Complexity In Southwest Iberia (800-300 B.C.): the case of Tartessos*. Oxford, British Archaeological Reports (BAR International Series 439), Oxford
- Maciel, Tarcísio, Maciel, Justino, Encarnação, J. (1994) Ara a Belona, de Santa Eulália (Elvas) (*Conuentus Emeritensis*). *Ficheiro Epigráfico* 46, nº 207.

Martín Bravo, Ana Maria (1999) *Los origenes de Lusitania. El primer milénio a. C. en la Alta Extremadura*. Madrid (Bibliotheca Archaeologica Hispana 2).

Mataloto, Rui (2002) Fortins e recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 5 n.º 1, Lisboa, pp. 161-220.

Mataloto, Rui (2004) *Um “monte da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa*. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 37).

Rodriguez Diaz, Alonso (1995) Extremadura Prerromana, *Extremadura Arqueologica*, IV, Mérida, pp. 91-122.

Vasconcelos, José Leite de (1927-1929) Antiguidades do Alentejo. *O Archeólogo Português*, vol. XXVIII, Lisboa, pp. 158-200

